

Abolicionismo inacabado: a literatura de Machado de Assis, Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus, e o lugar do negro na construção de uma identidade nacional

Unfinished abolitionism: the literature of Machado de Assis, Lima Barreto and Carolina Maria de Jesus, and the place of black people in the construction of a national identity

Lucas Gomes de Medeiros

Pós-doutorando em Ciências Sociais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

alucasgm@gmail.com

Maria Tereza Costa dos Santos

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

mtcds9@gmail.com

Jackson Luiz Fernandes Adelino

Mestrando em Ciências Sociais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

prof.jackfernandes@gmail.com

Thais Eduarda de Andrade Souza

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

thaiseduarda@alu.uern.br

Recebido: 16/08/2025

Aprovado: 02/02/2026

Resumo: O texto que segue tem por objetivo analisar as dinâmicas relacionadas ao dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023) a partir da obra de três autores: Machado de Assis (1839 – 1908), Lima Barreto (1881 – 1922) e Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977). Por dispositivo de racialidade compreende-se um conjunto articulado de diferentes aspectos – como os saberes médicos, discursos legais, disposições arquitetônicas, tratados administrativos etc. – que forjam a raça enquanto marcador social da diferença e esquadrinha estratificações entre diferentes categoriais de sujeitos a partir de

questões como cor da pele e outras condições biológicas. Metodologicamente, tomamos a literatura como um dos sustentáculos desse dispositivo a fim de apresentar e discutir como a raça e o racismo perpassam as obras e a experiência de vida dos/as autores supracitados entre o final do século XIX e meados do século XX.

Palavras-chave: Dispositivo de Racialidade; literatura brasileira; abolição.

Abstract: The following text aims to analyze the dynamics related to the raciality apparatus (Carneiro, 2023) based on the texts of three authors: Machado de Assis (1839–1908), Lima Barreto (1881–1922), and Carolina Maria de Jesus (1914–1977). The raciality apparatus is understood as an articulated set of different aspects—such as medical knowledge, legal discourses, architectural provisions, administrative treaties, etc.—that forge race as a social marker of difference and scrutinize stratifications between different categories of subjects based on issues such as skin color and other biological conditions. Methodologically, we use literature as one of the pillars of this apparatus in order to present and discuss how race and racism permeate the works and life experiences of the aforementioned authors between the late 19th and mid-20th centuries.

Keywords: Raciality Device; brazilian literature; abolition.

Introdução

Historicamente, o negro vem ocupando um lugar de clandestinidade no que se consolidou enquanto literatura brasileira. Seja enquanto personagem presente no interior do texto escrito, até o mundo externo. Exercendo a função ativa de quem conta a história, as vozes negras foram constante e sistematicamente silenciadas, embranquecidas e marginalizadas. Desde o momento de sua autoafirmação – isso é, quando passa a reconhecer-se enquanto algo diferente da literatura portuguesa, em meio ao processo de independência nacional¹ – a literatura brasileira foi composta por uma multiplicidade de autores/as, que apesar de majoritariamente composta por homens brancos da elite, não se resume apenas a estas identidades.

Ao longo de nossa história, muitos outros indivíduos, homens e mulheres, de várias origens étnicas, classes sociais e regiões, enveredaram pelo mundo das letras. Nesse sentido, engana-se quem

¹ Nessa perspectiva, Antonio Candido (1999, p. 14-15) considera que “[...] Poderíamos talvez esquematizá-lo, distinguindo na literatura brasileira três etapas: (1) a era das manifestações literárias, que vai do século XVI ao meio do século XVIII; (2) a era de configuração do sistema literário, do meio do século XVIII à segunda metade do século XIX; (3) a era do sistema literário consolidado, da segunda metade do século XIX aos nossos dias”. A segunda e terceira etapa são os momentos em que o objetivo de gerar uma literatura nacional surge. Nesse contexto, os intelectuais tiveram papel importante e a literatura adquiriu novas tonalidades, com a poesia patriótica, o ensaio político, o sermão nacionalista, fazendo dessa fase entre o fim do século XVIII e o advento do Romantismo, nos anos de 1830, um momento de intensa participação ideológica das letras.

pensa que fazer literatura, em suas variadas e distintas formulações, é capacidade exclusiva dos grupos dominantes. Como aponta Antônio Candido (2023), a ficcionalização é inerente à natureza humana, e, comparada à capacidade de sonhar, torna-se um importante fator de humanização. Tomamos como referência a existência de autores/as como Maria Firmina dos Reis, mulher negra e nordestina, primeira a publicar um livro no Brasil, e Luiz Gama, advogado abolicionista e poeta, que apesar de ter nascido livre, teve de conquistar a própria liberdade ao ser vendido pelo pai português ainda na infância. Estes que, bem como outros nomes da nossa literatura, já exerciam sua capacidade – e direito – à escrita em um Brasil ainda escravocrata.

Nesse sentido, surge então o questionamento que norteia parte essencial deste trabalho. Se autores e autoras negras existiram e estiveram presentes desde a formação da chamada literatura nacional, por que não estão representados também no que se consolidou como cânone da nossa literatura? Quais as estruturas sociais que permitiram por tanto tempo o embranquecimento de figuras negras que chegaram a ocupar posições de prestígio? Levaremos o debate ainda a um outro nível buscando compreender também de que forma autores/as negros/as do século XX foram sistematicamente reduzidos a lugares de marginalização e exotividade, que muito aquém da exaltação de suas proezas, buscaram diminuí-los ao tamanho dos estigmas impostos sobre si.

É possível enxergar ainda como a literatura produzida por autores/as negros/as que escreveram e publicaram ao longo das décadas permite refletir como os próprios agentes se localizavam em meio às condições políticas e intelectuais dos seus contextos. A partir de suas próprias vivências e olhares, torna-se possível identificar não somente o lugar reservado aos corpos negros em meio ao processo de formação da nação brasileira, mas de que modo vozes insurgentes buscaram tencionar as normas vigentes. Desse modo, através da literatura afro-brasileira² podemos pensar a abolição da escravidão promulgada em 1888 como um processo inacabado, que ressoa, através de suas múltiplas lacunas, até os dias de hoje.

Buscaremos então analisar a obra de três dos/as maiores autores/as da literatura negra nacional, escolhidos/as não só por sua relevância histórica, mas pelo teor crítico do que escreveram. O aspecto que contribuiu para a escolha desses/as autores/as relaciona-se aos modos como a elite branca intelectual se apropriou de suas imagens, não só contemporaneamente a suas escritas, mas postumamente também. Trataremos a respeito de Machado de Assis, Lima Barreto e Carolina Maria

² Tomamos como literatura afro-brasileira textos produzidos por autores/as negros/as, onde aspectos relacionados as experiências do negro em meio a realidade histórica e cultural do Brasil se tornam aspecto relevante da obra.

de Jesus. Três nomes já reconhecidos, mas que por muito tempo estiveram, assim como outros autores e autoras negros/as, subordinados/as à elite intelectual branca desse país.

Dessa forma, o texto busca discutir de que forma três dos maiores nomes da literatura nacional foram apropriados pela crítica literária e representados em meio a intelectualidade brasileira ao longo de nossa história. Não menos importante, buscaremos construir uma análise da própria literatura das personalidades citadas, refletindo sobre questões relacionadas às subalternidades relacionadas à raça enquanto um marcador social da diferença.

A metodologia empregada foi uma análise detalhada de alguns dos escritos desde as crônicas e contos de Lima Barreto e Machado de Assis, aos pungentes diários de Carolina M. de Jesus. Para discutir o lugar no qual esses sujeitos foram enquadrados, e como eles próprios percebiam o mundo que se constitui a sua volta, tomaremos como base um referencial teórico diversificado, mas caracterizado especialmente pela crítica às epistemologias dominantes, pautadas por muito tempo no mito da democracia racial e orientadas pelo que Cida Bento (2022) caracterizou como pacto narcísico da branquitude.

No primeiro tópico abordaremos a escravidão e o processo abolicionista, refletindo sobre o fim legal da escravidão no Brasil e sobre a continuidade da exploração e violência racial que, muito longe de serem findados pela lei de 13 de maio de 1888, permanecem à posteriori. Percebemos a partir daí, como o racismo se fez presente na consolidação da chamada identidade nacional, e como tem sido altamente propagado pelas elites intelectuais desde o processo abolicionista. Nos tópicos seguintes, um dedicado para cada autor/a, buscaremos analisar suas experiências individuais; a forma como foram apropriados pela crítica, e as reflexões sobre o racismo e a abolição, que estão expressas em sua literatura.

Para construção desta análise, tomamos também como base o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (1996), doutora em Literatura Comparada e escritora contemporânea. Para além da base teórica, o conceito serve à função metodológica, uma vez que norteia uma perspectiva que compreende as experiências de vida transcritas através da literatura a partir de uma coletividade que supera a mera escrita do eu (Evaristo, 2020). Partindo da percepção cunhada por Evaristo, podemos compreender como, para além de refletir sobre suas vivências individuais, a literatura aqui estudada nos permite pensar sobre experiências coletivas de outros indivíduos negros no mesmo período.

Em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo racismo desde sua fundação, o exercício criativo torna-se também uma forma particular de resistência, uma tentativa de visibilizar e resguardar do esquecimento as vivências individuais e coletivas. Ao pensarmos a literatura negra escrita no Brasil, nos deparamos com a rara oportunidade de resgatar as memórias, as experiências e o olhar daqueles que por muito tempo foram renegados de seu lugar de direito em meio às prateleiras da nossa literatura e nas salas de aula das nossas escolas e universidades.

Escravidão e abolicionismo: debates sobre a questão negra entre o Império e a República

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Imperial Regente, Isabel Cristina, assinou a Lei Nº 3.353, declarando “extinta a escravidão no Brasil” (Brasil, 1888). Até a assinatura da Lei Áurea, o Brasil viveu um longo processo de criação de leis que, aos poucos, iria acabar com a escravidão no país. Durante o período regencial, ocorreu a publicação da Lei 7 de Novembro de 1831, que “Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos” (Brasil, 1831), que comumente é chamada de Lei Feijó. No entanto, não houve uma grande efetividade da lei, tendo em vista a pouca fiscalização. Por conta disso, em 1850, publicou-se outra lei (Nº 581) que reiterou essas medidas, por pressão à medida adotada pelos ingleses em 1845 de prender e punir embarcações que mantivessem escravizados sendo traficados pelo Atlântico.

Ainda houve também a Lei Nº 2.040 de 1871, que ficou conhecida como Lei do Ventre Livre e a Lei Nº 3.270 de 1885, conhecida como Lei do Sexagenário. Todas elas, no entanto, buscavam acabar com a escravidão de uma forma gradual, mitigando os impactos que isso poderia causar aos donos de escravizados, já que estes eram considerados mercadoria e não pessoas.

A influência da Inglaterra também pesou bastante nessas decisões, tendo em vista que os britânicos estavam fortalecendo a sua economia mercantil, e para isso necessitavam de consumidores. Os escravizados, por não receberem salários, não poderiam comprar produtos, então se mostrou viável para os britânicos a promoção de uma campanha abolicionista pelo mundo.

O debate sobre a escravidão e a situação dos escravizados já rondava a política brasileira pelo menos desde a Independência em 1822. Isso ocorreu porque agora o Brasil passaria a constituir uma nação independente de Portugal, e para isso precisava ter sua identidade demarcada. Identidade essa que também depende da determinação de quem é o brasileiro. Sobre a questão da identidade, Pimenta (2022, p. 48) comenta que

Um indígena da Amazônia, por exemplo, tornando vassalo do rei pelo Diretório dos Índios de 1757, poderia continuar a se enxergar como membro de uma tribo ou nação indígena; simultaneamente, porém, ele seria português. O mesmo ocorreria com um africano trazido ao Brasil como escravo e que depois obtivesse sua liberdade: ele poderia se considerar membro de uma tribo ou nação africana, mas, uma vez livre, ele se tornaria súdito do rei de Portugal, logo, também, português (Pimenta, 2022, p. 48).

Quando os primeiros debates na Assembleia Constituinte de 1823 começaram, um dos problemas a ser resolvido era a definição de quem poderia ser considerado ou não brasileiro. Apesar da grande maioria defender a continuidade da escravidão enquanto sistema econômico, alguns chegaram a rechaçá-la, por se tratar de um sistema “arcaico, que colocava em risco a ordem interna, contradizia o espírito liberal do tempo e era um obstáculo ao desenvolvimento econômico” (Dolhnikoff, 2024, p. 35). Logo, quando o debate da Constituinte chegou no tópico dos escravizados e dos indígenas “não assimilados” pelo Império, houve uma maior discordância entre os deputados. A pauta da cidadania e nacionalidade entra em conflito. Por um lado, havia os que entendiam que ambas eram indissociáveis, e, por isso, escravizados e indígenas não assimilados não seriam brasileiros. Por outro lado, existia a corrente que compreendia que todos nascidos em território nacional seriam brasileiros, mas não necessariamente cidadãos brasileiros pois não gozavam dos direitos. Assim, os escravizados que conseguissem a liberdade e os indígenas que abandonassem suas tradições poderiam ser considerados cidadãos (Dolhnikoff, 2024, p. 37-38).

Embora essa Constituição tenha sido vetada e posteriormente D. Pedro I tenha outorgado uma outra Carta em 1824, ela serve de exemplo para analisarmos como a parte da elite política que tinha acesso às decisões do país pensava e entendia a condição dos negros e indígenas naquele momento. Dessa forma, podemos fazer um paralelo com os debates que aconteceram durante o surgimento da República no fim do século.

Outro ponto a se pensar é sobre o Código Criminal de 1830. Como havia um grande medo de revoltas escravizadas, motivadas principalmente pela Revolução do Haiti³, criou-se a proibição de insurreições e com a pena de morte em caso de alegação. Sobre isso, Dolhnikoff (2024, p. 44) reforça que “o Código Criminal explicitava que escravos seriam responsabilizados pelos crimes que cometessem. Ao infringir a lei criminal, o escravo tornava-se, aos olhos do Estado, pessoa”.

³ Movimento iniciado em 22 de agosto de 1791 na colônia francesa de São Domingo. Conquistou grande relevância nos territórios vizinhos pois corresponde ao primeiro processo de independência de uma colônia na América Latina, além de ter sido conduzido diretamente por escravizados e negros livres.

Partindo desses pressupostos jurídicos do Brasil Império, podemos fazer um recorte sobre a própria construção da identidade nacional no âmbito cultural. Nesse tópico entra, inclusive, a literatura. Num primeiro momento, a identidade do brasileiro passava pela figura do indígena como o “mito da fundação nacional e símbolo de ser brasileiro” (Dolhnikoff, 2024, p. 71), em obras românticas como as de Gonçalves de Magalhães, José de Alencar e Gonçalves Dias. Em relação aos escravizados, vamos ter dois momentos distintos: a segunda geração com Joaquim Manoel de Macedo denunciando a escravidão como empecilho para a civilização, e a terceira que defendia abertamente a abolição, com poetas como Castro Alves. Claro que não era unanimidade; por exemplo, o próprio José de Alencar era defensor da escravidão (Dolhnikoff, 2024, p. 73). Mas já mostrava que havia um novo tom social sobre a questão da escravidão, fruto dos debates que se iniciavam sobre o abolicionismo e republicanismo. Um ótimo exemplo que conseguiu cooptar essas transformações é possível de ser observado na literatura de Machado de Assis e de Aluísio de Azevedo.

Com a compreensão dessas pautas que começaram a ser levantadas em meados da década de 1870 é que podemos compreender a real intenção das leis citadas no início do tópico. A intenção de uma parte dos políticos abolicionistas era tornar a abolição algo gradual e que trouxesse menos prejuízos aos senhores de escravos. Um dos locais que serviu de inspiração para aplicação de leis como a do Ventre Livre foi Cuba, que também pautou essa abolição gradual e com indenização aos senhores de escravos.

O movimento abolicionista, seja o institucional, seja o liderado pelos próprios escravizados, passou a se radicalizar, utilizando a própria lei de 1871 como base. Apesar de haver algumas discordâncias entre eles sobre quem deveria “realizar a abolição”, na década de 1880, cresceu o pedido por uma abolição imediata, e já pensando em reformas sociais que pudessem garantir a integração ativa dos ex-escravizados na sociedade. André Rebouças, por exemplo, defendeu uma reforma agrária para garantir a subsistência dos ex-escravizados (Dolhnikoff, 2024, p. 124-125). No entanto, a lei de 13 de maio de 1888 só conseguiu passar após os cafeicultores adotarem uma nova mão de obra para substituir a escravidão: os imigrantes europeus.

Passada a abolição, o debate sobre quem é o brasileiro entrou em cena mais uma vez. Durante as primeiras décadas do século XX, boa parte dos intelectuais brasileiros se baseou em ideias científicas, que quase sempre rumavam para o teor do darwinismo social, eugenia e higienismo. Segundo Napolitano (2021, p. 42)

Essas teorias revelavam (e aumentavam) o preconceito social e racial das elites intelectuais em relação às classes populares, pois acabavam por condenar o modo de vida dos pobres, seus hábitos pessoais de higiene, alimentação, vida sexual. Além disso, alimentavam a crença, supostamente científica conforme a época, de que a falta de saúde, de disciplina para o trabalho e de capacidade intelectual era produto da mistura de raças, enfraquecendo toda a sociedade.

Assim, até mesmo a vinda de mais imigrantes, no início do século, foi bem-vista, porque alguns intelectuais, como Sílvio Romero e Nina Rodrigues, acreditavam nas teorias que defendiam uma sociedade mais branca como uma sociedade mais evoluída, herança de nomes como Arthur de Gobineau e Henry Thomas Buckle. Logo, a miscigenação que ocorria no Brasil desde os tempos coloniais só poderia levar o país à decadência e degeneração dos costumes. Essas teorias passaram a ser criticadas a partir da década de 1920 e 1930, principalmente por forte influência do movimento modernista, que buscava criar uma nova “identidade” para o Brasil — artística e ideologicamente.

Após a semana de 1922, algumas tendências foram criadas dentro do movimento modernista, sendo que todas buscavam uma forma de compreender a formação cultural brasileira a partir das suas etnias de fundação. Os dois principais grupos foram os da corrente da “antropofagia” e os do “verde-amarelismo”, sendo que o primeiro acreditava que a cultura brasileira era o resultado das diferenças e do conflito permanente entre os grupos, e o segundo defendia uma harmonização das matrizes culturais.

[...] os modernistas defendiam a invenção de “uma nova cultura brasileira”, que conciliasse a tradição popular imemorial com a novidade estética das vanguardas. Para eles, a cultura, devidamente reformada, seria a verdadeira saída para todos os impasses e a cura para todos os males nacionais. Cada vez mais distante do pessimismo intelectual dos primeiros anos de República, os modernistas propunham uma atitude afirmativa e entusiasmada na criação de novos valores estéticos e culturais, a partir de uma ação pedagógica que não visava apenas educar as massas, mas também reeducar as elites sobre as “coisas do Brasil”, não só através da arte em si que produziam, mas ocupando também eles próprios cargos na burocracia cultural dos diversos níveis do poder público e publicando matérias em jornais e revistas (Napolitano, 2021, p. 70).

Essa posição de conseguir cargos para guiar a cultura pelo meio institucional será possível nos longos anos de Getúlio Vargas no poder. O estadista será responsável por promover essas novas formulações sobre a brasilidade durante o seu governo, esforçando-se continuamente para construir uma identidade nacional.

Paralelamente, nas décadas de 1920 e 1930 o movimento negro começou a se organizar de maneira mais potente. Foi o período em que surgiu a Frente Negra Brasileira, e que, a depender da localidade, o discurso sobre a raça se modificava.

Na Bahia, surgiu um discurso identitário com base nas heranças africanas. Em São Paulo, os “homens de cor”, como eram chamados os negros, se pautaram por um discurso mais “assimilacionista”, lutando pela inserção em condições de igualdade na sociedade branca e burguesa. No Rio de Janeiro, a visão da “mestiçagem” como vocação da sociedade brasileira era mais dominante (Napolitano, 2021, p. 106).

Logo, a mistura das raças e até o clima tropical, que tanto foram condenados nas gerações intelectuais passadas, passaram a ser transformadas em virtudes para os grupos que começaram a guiar a “brasilidade” por meio do Estado no governo Vargas. Esses novos projetos estavam preocupados em lapidar intelectualmente aquelas tradições populares pela visão intelectual e assim conceber o “brasileiro”, distanciando-se das visões regionalistas que foram majoritárias na Primeira República.

Um exemplo claro disso foi a maneira como o samba, que havia sido criminalizado por um bom tempo do século XX, passou a ser difundido pelo próprio Estado. Porém, esse samba trazia um discurso mais ufanista, com grandes bandas inspiradas no jazz e afastando-se das letras popularizadas nos morros e no subúrbio carioca nas décadas anteriores. Era um elemento popular que foi primeiramente transformado aos moldes da indústria fonográfica nas décadas de 1910 e 1920, e que agora era utilizado pelo governo para se autopromover. Essa esquivia da figura do “malandro” se dava porque, para o período, a malandragem representava aqueles que não trabalhavam, que estavam submetidos aos vícios; com o direcionamento dado pelo Estado Novo, passaria a exaltar o Brasil e, principalmente, o trabalho.

Além disso, não custa lembrar que, na década de 1930, também que são lançadas as bases teóricas em “Casa-grande & Senzala” sobre a mistura de raças no Brasil como algo positivo, negando a violência da escravidão e colonialismo, que serão apropriadas e conceituadas como democracia racial por Arthur Ramos na década de 1940. Esse termo, que passou a ser largamente defendido como uma narrativa “oficial” de fundação do Brasil, foi apropriado posteriormente pela própria Ditadura Civil-Militar para gerar a ideia de homogeneização da população.

Dessa forma, podemos compreender que, ao longo da história brasileira, quando buscou-se entender o Brasil a partir dele mesmo, a questão dos/as negros/as foi alvo de debate e críticas. Nos primeiros momentos, chegava-se a pensar se estes seriam realmente brasileiros; posteriormente, se deveriam ou não pagar gradualmente pela sua libertação; após a abolição não houve preocupação em

criar meios de inserir os ex-escravizados na sociedade, e comumente criminalizou-se práticas culturais dessas populações; para que, em meados de 1930, parte da sua cultura fosse apropriada, por ter sido entendida como popular e difundida entre os brasileiros, embranquecida e comercializada.

Todo esse contexto apresentado e discutido nos remete ao conceito da raça enquanto um dispositivo para manutenção do poder. Salvo algumas situações, é perceptível que a grande maioria das discussões levantadas acerca da escravidão, raça ou até sobre o samba ao longo dessas décadas foram pautadas por pessoas brancas. Os/as negros/as no Brasil, foram construídos enquanto o Outro. Nos termos de Sueli Carneiro (2023), o Ser Brasileiro em diversos momentos foi apresentado enquanto o Não-Ser Negro, negando a sua participação ativa na sociedade. Embora este trabalho se dedique a abordar o período compreendido a partir do Brasil Império, faz-se necessário destacar ainda a perspectiva teórica defendida por Carneiro, fundamentada nos aportes de Charles Mills, segundo a qual este "contrato racial" tem suas origens há aproximadamente 500 anos, coincidindo com o início da colonização e, posteriormente, o consequente imperialismo.

Dessa forma, a proposta de compreender a visão acerca dessa abolição inacabada no Brasil a partir da literatura, é resgatar a ideia de que, sendo o campo da literatura um meio em que o dispositivo da racialidade opera, é necessário destacar os momentos em que ela foi utilizada para evidenciar e criticar essa forma de dominação branca. No tópico seguinte, iniciaremos a análise a partir da obra de Machado de Assis, buscando entender como ele percebeu as continuidades e rupturas do Brasil pós-abolição e pós-monarquia.

Machado de Assis: modernidade e apagamento

Como bem apresentado até aqui, a abolição não representou uma ruptura definitiva com a estrutura de opressão racial que havia se consolidado no Brasil ao longo dos séculos. Ainda que libertasse os escravizados, a lei de 1888 também representou a continuidade da exploração da mão de obra negra, uma vez que não garantiu qualquer direito ou perspectiva de trabalho aos agora homens livres. A leva de libertos tinha poucas opções à disposição de uma escolha. Permanecer subordinados aos antigos senhores, ou buscar novas formas de subsistência nos centros urbanos em crescimento.

Nas décadas seguintes à abolição, o país viveu um intenso processo de modernização, que para além de transformar as paisagens das cidades aos moldes das capitais europeias, incidiu intensamente sobre os modos de vida da população. Em meio a esse processo, os negros foram alvo constante,

desde as políticas de embranquecimento que facilitaram a imigração europeia à perseguição policial embasada nas leis de vadiagem e nas teorias lombrosianas.

Após a abolição, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, mas eficaz, expresso por uma leitura hierarquizada e criteriosa das cores. Imagens como o ócio e a preguiça se associaram rapidamente aos negros e mestiços, definidos como desorganizados social e moralmente (Schwarcz; Starling, 2021, p.344).

Não à toa retomamos as discussões sobre racismo e abolição trabalhadas anteriormente na presente pesquisa. Compreender o contexto histórico em que Machado esteve inserido é essencial para a elaboração de uma interpretação aguçada de suas obras. Para John Gledson (2003), crítico literário e especialista na obra machadiana, Machado de Assis, como outros autores do século XIX, desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia. Na fase mais madura de carreira enquanto escritor, Machado publicou inúmeras crônicas, contos e romances. Em muitas dessas publicações, questionou, criticou e ridicularizou não somente a escravidão, mas aqueles que dela se beneficiavam. Entre a diversidade de críticas projetadas em sua obra, focalizaremos aqui o parecer de Machado a respeito do processo abolicionista.

Em crônica publicada na data de 19 de maio de 1888, pouco após a proclamação da Lei Áurea, Machado ironiza a suposta benevolência de muitos ex-senhores de escravos, que resolveram aderir ao movimento abolicionista quando já era certo o fim da escravidão. Através da história do jovem escravo Pancrácio, Machado deixa claro a sua descrença e o pessimismo que mantinha acerca da abolição. Mediante a permanência das estruturas sociais que permitiam a escravidão, enxergava a continuidade da exploração da mão de obra negra.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:
— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
— Oh! meu senhô! fico
— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu crescestes imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...
— Artura não qué dizê nada, não, senhô...
— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.
— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.
Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título

que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas. e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (Assis, 1990, p.110).

É possível perceber ainda que, dada a sutileza e o bom humor da escrita machadiana, e a própria essência da personagem narradora – um senhor de escravos – as agressões cometidas contra Pancrácio parecem ser minimizadas pelo uso de expressões como ‘petelecos’, ‘pontapés’ e ‘puxões de orelha’, que de um modo ou de outro parecem suavizar as violências praticadas contra o jovem. O narrador aponta ainda para uma suposta felicidade por parte da personagem em receber os castigos físicos que remetem diretamente a sua antiga posição como escravizado. Condição essa que Pancrácio parece não querer – ou poder – se desvincular. Nesse sentido, para além de enfatizar a continuação da exploração da mão-de-obra e a não-modificação de relações sociais hierarquizadas entre senhor e escravo, Machado demonstra como a violência enraizada nessas mesmas relações se perpetuou para além da abolição.

Mesmo que a perspectiva crítica através da qual Machado abordou as temáticas da abolição e da escravidão possam ser observadas através da leitura desse e mais trechos de suas obras, por muitos anos consolidou-se na academia uma noção contrária. Interpretações equivocadas da obra do autor forneceram, e seguem fornecendo, as armas para apontar uma suposta falta de posicionamento em seus escritos. Ao debater acerca do potencial crítico da escrita de Machado, Gledson afirma que “[...] é coisa do passado remoto (ou deveria sê-lo) criticá-lo por não refletir a realidade local.” (2003, p. 31).

Ainda assim, mesmo quando nos referimos às críticas feitas por contemporâneos de Machado, percebemos como muitas destas advêm de um lugar de incompatibilidade de ideias sobre questões como a abolição e o republicanismo, como é o caso de Sílvio Romero. Incompatibilidade associada ainda ao preconceito racial que permeia as críticas de parte dos intelectuais dos séculos XIX e XX.

Romero, um perfeito exemplo da intelectualidade branca eugenista que se desenvolveu no Brasil aos fins do século XIX, acreditava na inferioridade do negro e se posicionava contrário a maiores intervenções do estado quanto ao fim da escravidão. Para o autor, uma vez posta a lei de 1871, o fim da escravidão se daria por vias naturais, fruto de uma dinâmica modernizadora dos processos produtivos. Para além de Machado de Assis, Romero teceu severas críticas a muitos dos principais nomes do movimento abolicionista das décadas de 1870 e 1880 e acreditava na imigração europeia como chave para colocar o Brasil nos rumos da modernidade. Nesse sentido, não é difícil perceber o

enviesamento que perpassa as críticas deste e outros intelectuais da época de Machado de Assis. Segundo Alberto Schneider,

Enquanto Romero falava dos inconvenientes da população africana e seus descendentes mestiços, Machado, ao falar do país por meio da literatura, jamais propôs imigrantes, nem condenou o país pelos seus negros e mestiços, mas não deixou de falar sobre a escravidão (Schneider, 2019, p. 458).

Além das críticas tecidas a sua suposta neutralidade, a memória e legado de Machado de Assis como um escritor negro, neto de escravizados, sofreu um constante apagamento ao longo das décadas posteriores ao seu falecimento. Em grande medida, esse apagamento e consequente embranquecimento pode ser percebido através das várias biografias escritas sobre Machado, e perdura até hoje mediante o público geral.

Na primeira biografia escrita sobre o autor, Alfredo Pujol (1917) faz poucas referências à identidade racial do escritor. Quando a negritude de Machado aparece no debate, é muito breve e apenas em alusão a sua descendência, como neto de escravizados, filho de pai negro. Para a intelectualidade da época, não havia necessidade de evocar ao centro do debate, a negritude do autor.

Já em sua biografia, Lúcia Miguel Pereira (1936) parece adotar uma estratégia diferente e aponta não somente a raça, mas outras duas características que considera como um triplo mal de origem, sob o qual Machado saiu vitorioso. Para a autora, a pobreza, a cor e a epilepsia da qual Machado era acometido representavam barreiras quase intransponíveis. Pereira, longe de interpretar a negritude do autor como parte essencial da construção de suas obras, prefere dar luz a uma biografia feita aos moldes da literatura romântica, onde apresenta a trajetória do mocinho na superação das grandes dificuldades impostas sobre sua vida.

As biografias escritas nos anos posteriores, tão pouco cumprem o papel de resgatar a negritude de Machado a partir de uma perspectiva crítica, que reconhece o impacto da identidade racial do autor na construção de sua literatura. O que se percebe é que, desde as primeiras críticas aos dias de hoje, Machado permanece alvo constante da intelectualidade branca, que questiona sua posição enquanto homem negro de diferentes formas. Evidencia-se, então, uma dificuldade ainda não superada pela elite branca intelectual, imersa em seu pacto narcísico. Como bem apontou Cida Bento: “Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando,” (Bento, 2022, p. 51). É da incapacidade da branquitude de reconhecer o negro como pertencente ao lugar de prestígio

que surgem as múltiplas estratégias de apagamento e esvaziamento impostas sobre Machado, sua literatura e a de muitos outros escritores e escritoras negros da nossa história.

Lima Barreto: melancolia e política

Nascido em 13 de maio de 1881, Afonso Henriques de Lima Barreto, morador do bairro das Laranjeiras, representou um marco histórico na produção da literatura brasileira, trazendo para si uma escrita com forte apego à ideia de liberdade; advinda após a abolição da escravidão. Com o uso de sátiras, explicita vivências que consideravam o espaço urbano e as interações entre os homens brancos e os negros recém-libertos. Atento à realidade na qual se encontrava o escritor registrava faces, cores, expressões, costumes, personagens, recuperava os diálogos que ouvia, anotava opiniões e descrevia a paisagem observada da janela. O certo é que, no conjunto de sua obra, ele foi elaborando uma espécie de geografia íntima e pessoal da região.

A literatura de Lima pode ser considerada, portanto — e sobretudo a partir de 1903, quando ele aceita o emprego de amanuense e vai residir nos subúrbios —, como uma “obra em trânsito”, literalmente, com seu autor anotando as diferentes paisagens conforme ia e voltava do trabalho (Schwarcz, 2017, p. 246).

Diante das dificuldades enfrentadas por uma pessoa negra, pobre e imersa em uma sociedade recém-abolicionista, as barreiras que o impediam de estar ao lado de autores e cronistas reconhecidos e estabelecidos no cenário literário o encontravam a cada esquina. E, por meio de uma importante ferramenta de ascensão social — a alfabetização — ele conseguiu transpor algumas dessas barreiras, embora nunca tenha alcançado a mesma posição dos grandes nomes dos “homens brancos”. Quanto à sua forma de escrita:

Lima embaralha propositadamente tudo: seus personagens e sua própria realidade. As passagens, ainda que alusivas, são fundamentais para entender rastros da história da mãe do escritor, ou ao menos o que Lima seleciona dessa história. Na falta de dados, o escritor ficcionaliza (Schwarcz, 2017, p. 43).

Em suas obras, Lima deixava rastros e passagens que retomavam sua história de vida, principalmente em relação à sua descendência de negros escravizados e de mãe livre. Embora centralizasse seu discurso na vivência de um homem negro dentro de uma sociedade recém-liberta, preocupava-se também em inserir, dentro de suas obras, analogias, crônicas e ironias voltadas à crítica ao Estado, aos governantes e aos projetos políticos da época. Como cita Marcos Vinícius Scheffel:

Outros dois juízos sobre obras que parecem equivocados se referem ao *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* — livro que precisaria ‘de uma bula para ser lido’ — e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que é classificado da mesma forma que o primeiro: como um *roman à clef* — um romance em que as personagens são caricaturas facilmente identificáveis por se referirem a figuras públicas conhecidas (bastando saber a chave de leitura, ou seja, quem é o personagem na vida real) (Scheffel, 2018, p. 341).

Mais do que apenas obras literárias e romancistas, os textos de Lima Barreto formam um retrato da velha divisão racial, das dificuldades cotidianas e, especialmente, de uma interpretação crítica sobre as discussões e pautas de seu tempo. É o uso da literatura em sua forma mais pura, evocando o cotidiano e suas especificidades sem se desvincular de suas experiências pessoais.

Perdeu a mãe ainda jovem e, anos depois, viu o pai — única figura presente — ser acometido por transtornos mentais. Por necessidade, foi obrigado a abandonar os estudos e passou a trabalhar como servidor público. Em sua obra mais famosa, “*Triste Fim de Policarpo Quaresma*”, é possível extrair e comparar o que sentia:

Como fora doloroso aquilo! A primeira fase do seu delírio, aquela agitação desordenada, aquele falar sem nexo, sem acordo com que se realizava fora dele e com os atos passados, um falar que não se sabia donde vinha, donde saía, de que ponto do seu ser tomava conhecimento! E o pavor do doce Quaresma? Um pavor de quem viu um cataclismo, que o fazia tremer todo, desde os pés à cabeça, e enchia-o de indiferença para tudo mais que não fosse o seu próprio delírio (Barreto, 2018, p. 67).

Diante de uma vida urbana que não oferecia espaço para pessoas não brancas e associadas a não cidadãos, restava a ele padecer. Embora esse fosse o caminho mais previsível, devido às oportunidades ínfimas, sua dedicação à literatura permitiu que superasse muitos obstáculos e se tornasse um dos grandes nomes da literatura nacional.

Infortunadamente, isso não significou sua presença da forma como desejava. Ficou conhecido como autor, e suas diversas formas de expressar suas opiniões e críticas ao regime político implementado, assim como o processo que ocorreu na formação do que seria um país abolicionistas, após sua morte, ainda não era notado ou marcado como pessoa preta, e, assim, não conseguiu fugir do processo de embranquecimento de autores clássicos da literatura, embora, suas obras resistam até hoje como formas de protesto a um processo de desvalorização e ocultação da literatura produzida por pessoas pretas no Brasil.

Carolina Maria de Jesus: complexidade e exotismo

Nascida 26 anos após a abolição, Carolina Maria de Jesus sentiu na sua infância a transição da Monarquia para a República sem uma reparação aos danos causados às populações negras de Minas Gerais e do resto do país. Na biografia escrita por Tom Farias (2018), é destacado que a autora *best-seller* foi, provavelmente, neta de escravizados do Desemboque, região mineradora; apesar de não ter o nome dos avós em sua certidão de nascimento, dedicou um conto ao seu avô Benedito: O Sócrates africano. No próprio conto, já é possível observar o olhar crítico da autora sobre a sua realidade. Nele, ela narra os momentos finais do seu avô e evidencia sua beleza e inteligência, que era percebida também pelos “ricos” que iam visitá-lo: “Os homens ricos iam visitá-los, e ficavam horas e horas ouvindo-o. E saiam dizendo: – foi uma pena não educar este homem. Se ele soubesse ler, ele seria o homem. Que preto inteligente. Se este homem soubesse ler poderia se o nosso Sócrates africano”⁴.

Esse olhar sobre o mundo da autora foi presente em toda a sua obra conhecida, antes mesmo de se tornar a autora de Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), pois havia publicado um poema, O Colono e o Fazendeiro, em 1940 pela Folha da Manhã, quando foi nomeada como poetiza preta. Nos anos seguintes, Carolina acompanhou, entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, o crescimento do país na medida em que ele se redemocratizou após o Estado Novo. Ela via em seu cotidiano a falha que o mito da democracia racial, proposta por Arthur Ramos e amplamente difundida por Freyre, propunha para construir a história da população negra no Brasil.

Durante a década de 1950, a autora começou a escrever em seus cadernos seus contos, peças teatrais, romances e seu diário. Após diversas tentativas de publicação no Brasil e no exterior, ela conseguiu a atenção de Audálio Dantas para os seus diários. Ainda em vida, publicou Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada (1961), Pedacos de Fome (1963) e Provérbios (1964), porém nenhum conseguiu o mesmo alcance quanto o primeiro livro.

Além da constante temática sobre a pobreza em seus relatos, que já evidenciam a condição dos negros no país, é interessante também pensarmos na duplicidade do pensamento caroliniano acerca da relação entre os negros e os brancos. Ao passo que ela reconhecia a existência do racismo e a continuidade de elementos da escravidão no dia a dia, ela evidenciava que pensava os brancos enquanto benfeitores pela abolição:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

⁴ Os desvios gramaticais da autora foram mantidos.

[...] Nas prisões os negros eram bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz (Jesus, 2020, p. 35).

Esse trecho refere-se ao dia 13 de maio de 1958. Nos escritos que tivemos acesso, não há a menção em outros anos fora esse e 1961, proporcionado por uma nova edição dos diários de Casa de Alvenaria lançados em 2021 pela Companhia das Letras:

É a primeira vez que penetro na casa da Ivete. É casa própria. Bem mobilhada. Quando vêjo uma casa de pretas bem ornamentada fico contente. Agora é que os pretos estão libertando-se. Dêixando de ser apáticos. Estudando. Cooperando com os brancos. Se os pretos estão evoluindo é porque os brancos da atualidade são bons. Estão cooperando com os pretos para eles evoluir-se.
Aos brancos da atualidade, os brancos do meu Brasil, o meu agradecimento pelo carinho com que tratam os homens de cor. Hoje é 13 de maio. Dia consagrado para os pretos que vivem tranquilos mesclados com os brancos. Sem receio de chibatas e troncos. Os brancos procuram instruir os pretos transformando-os em brancos para a nação. Hoje é um dia que nos os pretos do Brasil podemos bradar:
— Viva os brancos! (Jesus, 2021, p. 326).

É perceptível na fala da autora que, embora haja o reconhecimento da existência de uma divisão racial, e que a mesma percebe o racismo no cotidiano, a ideologia predominante da democracia racial, em evidência no período, conseguia se estender também para as pessoas negras afetadas pelo racismo. Assim, além do pacto entre os brancos para manter os negros em condições subalternizadas, foi necessário também que os negros se entendessem enquanto subalternos.

A raça, enquanto um dispositivo do poder, perpassa em Carolina no âmbito da sua análise sobre a realidade de forma complexa⁵. Isso, obviamente, não nos impede de conseguir compreender essas dicotomias como resultado de décadas de construção discursiva sobre a relação entre brancos e negros atravessando ambos.

Outro ponto que demonstra como a autora estava sujeita a essas formas de dominação partem da própria publicação e não publicação de seus escritos. Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) é explícito os cortes que seu editor, Audálio Dantas, fez nos diários para transformá-los em livro. A justificativa do autor é que a rotina repetitiva dela seria extensa e cansativa, então ele retirou (Dantas, 1993, in: Jesus, 2021, p. 201). No entanto, *Elzira Divina Perpétua* (2016), doutora em Estudos

⁵ Por complexo, compreendemos que a forma como Carolina de Jesus entendia sua realidade não era de uma maneira necessariamente a favor ou contra os brancos. É importante perceber que em determinadas condições, grupos que estão em situação de subalternidade podem adotar posturas que parecem ambíguas ou contraditórias, mas que foram formas de resistência. Uma forma de pensamento parecida é adotada por Muniz Sodré ao tratar da venda de sambas no início do século XX por compositores negros aos cantores brancos que estavam atingindo o sucesso radiofônico. Ver: SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1998. p. 55-59.

Literários, estuda através dos manuscritos da autora que não foi somente isso que foi retirado. A análise constata que o grande desejo de Carolina era, na verdade, publicar os seus textos não-autobiográficos. Na campanha para a construção e divulgação de Quarto de Despejo, houve diversas menções aos seus outros textos, no entanto, em vida, não houve nenhum esforço por parte do seu editor e das editoras para publicá-los. Pelo contrário, o livro Casa de Alvenaria, de 1961, foi escrito a contragosto da autora.

Segundo Perpétua,

Isso quer dizer que os textos que não se inserem nos planos da edição dos diários tangenciam toda a escrita do cotidiano; e a escrita diária é, de certa forma, movida pelo desejo de Carolina de ver sua obra ficcional e poética — principalmente os poemas — publicada. No entanto, na composição do livro que, como sabemos, imortalizou a autora como porta-voz de uma memória coletiva, seu perfil declinou de uma outra imagem contida nos manuscritos, onde se delineia a complexidade de uma outra personagem, com suas contradições ou o que pudesse, de algum modo, desfavorecê-la aos olhos do público. Entre esses aspectos, figuram as imagens que a escritora constrói de poeta e de poesia (Perpétua, 2016, p. 44).

Dessa forma, mesmo a autora tendo tornado-se mundialmente conhecida, não foi da forma como gostaria de ser. Nos seus outros escritos, que a pesquisadora traz em seu artigo, é perceptível que Carolina quis ser conhecida como poetisa; queria se aproximar dos autores consagrados da literatura brasileira e mundial, em alguns momentos até tentando buscar pontos de encontro entre seu cotidiano e o cotidiano deles.

Porém, como vimos, o que ficou marcado e conhecido na história da autora foram seus relatos do sofrido cotidiano na favela. Para aquele momento de publicação, a forma como o público a recebeu é a de exotismo. Ela não era somente uma autora *best-seller*, ela era a “*poetiza*” preta. Duplamente negada pela sociedade que pregava e se sustentava na ideia de modernização: era pobre e era negra. Tratada como uma exceção à regra que colocava os favelados e os negros enquanto excluídos da sociedade da década de 1950.

Mais uma vez, é possível, a partir dessa constatação, vermos como o dispositivo da racialidade pode operar: mesmo que seja “dada” a oportunidade de enunciação para o sujeito subalterno, ele ainda é colocado enquanto um Outro, e enquanto algo exótico. Tanto que, somente há poucos anos que veio a público o acesso a novos escritos da autora, como as duas publicações de Casa de Alvenaria, ambas de 2021, e o romance O escravo, publicado em 2023, mas que ainda não contemplam toda a obra contida nos manuscritos da autora falecida em 1977.

Por fim, um bom exemplo para compreender que a forma como o dispositivo da raça atua ainda na contemporaneidade com a Carolina de Jesus, podemos analisar um trecho da biografia de Clarice Lispector por Benjamin Moser. No livro, publicado em 2011, ao descrever a tarde de autógrafos em que Clarice e Carolina se encontram, Moser escreveu:

Numa foto, ela aparece em pé, ao lado de Carolina Maria de Jesus, negra que escreveu um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira, *Quarto de despejo*, uma das revelações literárias de 1960. Ao lado da proverbialmente linda Clarice, com a roupa sob medida e os grandes óculos escuros que a faziam parecer uma estrela de cinema, Carolina parece tensa e fora do lugar, como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro. Ninguém imaginaria que as origens de Clarice fossem ainda mais miseráveis que as de Carolina (Moser, 2011, p. 20).

Assim, conseguimos perceber o quanto o lugar que a autora ocupou era muito limitado, a ponto de em 2011 ainda ser possível encontrar descrições da autora que, ao lado de uma renomada escritora branca, pode ser facilmente descrita como empregada doméstica e não gerar nenhuma retratação por parte do autor. Ao ser acusado de falas racistas pela escritora Ana Maria Gonçalves, ele disse não ter sido preconceituoso. De forma explícita, o pacto da branquitude permite que pessoas brancas continuem colocando as pessoas negras como subalternas.

Considerações Finais

A questão racial foi tema central nos debates da intelectualidade brasileira ao longo da história, desde a formação inicial do que viria a constituir o movimento abolicionista até a consolidação da república, e permanece no centro do debate. Entretanto, o que se percebe na realidade é a perpetuação de violências herdadas da escravidão e que seguem invisibilizando corpos e mentes negras ainda nos dias de hoje. Mesmo presentes desde os primeiros momentos da formação do país, enquanto sujeitos históricos, produtores culturais e agentes de transformação, negros foram frequentemente silenciados ou representados de forma estereotipada na literatura. A marginalização das autorias negras, o apagamento simbólico de suas contribuições e a apropriação de suas vozes pela crítica dominante revelam um processo contínuo de embranquecimento da narrativa literária nacional.

Ao analisar as obras literárias publicadas no Brasil desde a consolidação da 'literatura brasileira', Eduardo de Assis Duarte (2013) aponta para o fato de que em grande parte das obras publicadas ao longo dos séculos XIX e XX, personagens negros vão ocupar predominantemente as posições de bandidos e contraventores, empregados domésticos, escravos e profissionais do sexo. Para além da

representação, o autor aponta ainda para o silenciamento sistemático de vozes negras que buscaram se inserir nos espaços de circulação cultural. Mesmo após a abolição, Duarte percebe um embranquecimento da literatura nacional. Segundo o autor,

No arquivo da literatura brasileira construído pelos manuais canônicos, a presença do negro mostra-se rarefeita e opaca, com poucos personagens, versos, cenas ou histórias fixadas no repertório literário nacional e presentes na memória dos leitores. (Duarte, 2013, p.148).

Nesse contexto, o conceito de “pacto narcísico da branquitude”, proposto por Cida Bento (2022), torna-se fundamental para compreender o silenciamento observado por Duarte. Segundo a autora, a branquitude instituiu um pacto simbólico para manter seus privilégios raciais, epistemológicos e culturais, negando reconhecimento ao outro racializado. A literatura, como campo de produção simbólica, não escapou a essa lógica: as vozes negras foram sistematicamente desvalorizadas ou neutralizadas, mesmo quando alcançaram reconhecimento (Bento, 2022).

Daí a necessidade central que embasa a escrita do presente trabalho: resgatar dos porões da história os nomes negros da nossa literatura. Explicitar os modos através dos quais a branquitude apropriou-se da literatura afro-brasileira, exotificando, embranquecendo e deslegitimando seus principais nomes. Denunciar o silenciamento sistemático da literatura de autoria negra, que se dá através da articulação de técnicas derivadas do que Carneiro compreende como dispositivo de racialidade. Neste sentido, percebemos o embranquecimento do repertório literário nacional, apontado por Duarte, como dotado de sentido político, uma vez alinhado as epistemologias dominantes na busca pela subordinação social do negro.

Nesta mesma perspectiva, podemos perceber que, como já bem enunciado por Conceição Evaristo (2020), a escrita não é inocente, tem um propósito político em seu sentido mais amplo. Durante toda a formação da literatura brasileira, vozes negras buscaram dar vazão às próprias experiências e percepções, e foram confrontadas com a dúvida e a negação da branquitude frente à legitimidade de referências negras no campo literário. Autores como Machado de Assis, Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus subverteram o processo de apagamento das experiências afrocentradas ao implantarem, em suas obras, reflexões profundas sobre o racismo, a exclusão e as experiências negras. Ainda que cada um tenha vivido e escrito em contextos distintos, compartilham a função de dar voz a um Brasil profundo, frequentemente apagado pela historiografia oficial, construindo uma outra ideia de nação, mais complexa, diversa e fiel à realidade brasileira.

Um outro debate surge a partir da leitura das obras dos autores citados. Diz respeito à função social da literatura, que, repleta de disputas, transforma-se em ferramenta política. Experiências de vida poucas vezes debatidas pelo cânone literário branco, surgem a partir dos escritos de autores racializados. Ao abordar a literatura afro-brasileira como instrumento de resistência, compreendemos que o abolicionismo não representou o fim, mas a reelaboração das formas de opressão. Autores negros vem historicamente denunciado as permanências derivadas da escravidão e, ao mesmo tempo, propõe outros caminhos possíveis para pensar o que significa “ser brasileiro”, recolocando o negro no centro do processo de formação da identidade nacional.

Resgatamos aqui três entre muitos autores que compuseram a literatura afro-brasileira ao longo dos anos, mas outros permanecem silenciados. Daí a necessidade constante de dar visibilidade a produções que subverteram o sistema, e segue até hoje enfrentando as noções vigentes de literatura erudita. -Ao resgatar suas próprias experiências, falando de si e por si mesmas, e denunciando as múltiplas formas de exclusão da população afrodescendente, nossos autores/as negros/as seguem inventando novas formas de resistência.

Referências bibliográficas

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Bons Dias! (1888-1889)**. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Editora Unicamp, 1990.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BRASIL. Lei n. 3.3353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, pt. 1, tomo XXXV, 1888.

BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 182, v. 1, parte 1, 1831.

CANDIDO, Antonio. Direito à Literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Todavia, 2023.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**: resumo para principiantes. 3ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A Construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. O Negro na Literatura Brasileira. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrivivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte; 2020.

_____. Literatura Negra: Uma poética da nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, jan. 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: Ficção e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria, volume 2**: Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

_____. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

_____-O Sócrates africano. In: **Literafro**. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/65-carolina-maria-de-jesus-o-socrates-africano>>. Acesso em 7 jul 2025.

LIMA, Barreto. **Triste fim de Policarpo Quaresma** [recurso eletrônico]. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. – (Série prazer de ler; n. 9 e-book). Disponível em: https://camara-gov-br.usrfiles.com/ugd/5ca0e9_ebda356b2f4742f3bf3325afd9e44363.pdf. Acesso em 22 de jul de 2025.

MOSER, Benjamin. **Clarice** [recurso eletrônico]. Trad: COUTO, José Geraldo. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2021.

PERPÉTUA, Elzira Divina. Carolina de Jesus: Pensamento Poético, Linguagem Clássica e Ideal de Vida. In: ARRUDA, Aline Avles; BARROCA, Iara Christina Silva; TOLENTINO, Luana; MARRECO, Maria Inês (orgs.). **Memorialismo e Resistência: Estudos sobre Carolina Maria de Jesus**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

PUJOL, Alfredo. **Machado de Assis**. São Paulo: Typographia Brasil, 1917.

SCHEFFEL, Marcos Vinícius. A vida de Lima Barreto, de Francisco de Assis Barbosa e Lima Barreto: triste visionário, de Lília Moritz Schwarcz. **Gragoatá**. Niterói: 2018. p. 334-342. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/lkkjodigpndcrdgr3zmvfk7i/access/wayback/http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/download/1034/7200>. Acesso em: 22 de jul de 2025.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de História Intelectual: Racismo, identidade e alteridade na reflexão sobre o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lillian M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.